

Cartão de crédito. Juro do rotativo recua, mas taxa do parcelado sobe em fevereiro

A taxa média do rotativo do cartão de crédito caiu para 481,5% ao ano em fevereiro, contra 486,7% no mês anterior. Foi a primeira queda desde outubro do ano passado, segundo dados do Banco Central.

Por outro lado, o juro do cartão de crédito parcelado subiu 1,6 ponto percentual e ficou em 163,5% ao ano, o maior patamar da história. A modalidade será oferecida pelos bancos, a partir da próxima segunda-feira, como opção para fugir dos juros elevados do rotativo.

Para diminuir o custo do crédito, o governo aprovou no fim de janeiro o prazo máximo de 30 dias para uso do rotativo do cartão de crédito. De acordo com a norma, o saldo devedor não liquidado totalmente no

vencimento da fatura do cartão só poderá ser financiada pelo rotativo até o vencimento da fatura seguinte.

Para o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel, a alta nas taxas cobradas do cartão de crédito parcelado “é um movimento normal”. “No ano passado, essa modalidade também apresentou alta em janeiro e fevereiro”, disse.

Em relação ao rotativo, Maciel disse que a tendência é que os juros mostrem uma queda ainda maior em março. “Vários bancos já anunciaram um corte na taxa do rotativo. Vai cair, mas a gente só não sabe quanto”, afirmou.

A taxa média de juros para as famílias ficou em 73,2% ao ano, em fevereiro, com alta de 0,5 ponto percentual em relação a janeiro. **METRO**

Governo suspende desoneração da folha e corta R\$ 42 bilhões

Contas públicas. Objetivo é cobrir rombo de R\$ 58,2 bi do Orçamento. Empresas dos setores de transportes, construção civil, obras de infraestrutura e comunicação ficarão de fora da medida

O governo federal anunciou ontem um corte de R\$ 42,1 bilhões no Orçamento e o fim da desoneração da folha de pagamentos para quase todos os setores. As medidas têm como objetivo cobrir o rombo adicional de R\$ 58,2 bilhões nas contas públicas e cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões deste ano.

“Não há aumento de impostos no sentido de criação e aumento de alíquotas”, reforçou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Em vigor desde 2011, a desoneração da folha atualmente beneficia 56 setores da economia, que pagam 2,5% ou 4,5% do faturamento para INSS, em vez de recolherem 20% da folha de pagamento.

O fim da desoneração deve gerar receitas de R\$ 4,8 bilhões. A medida não atinge diretamente o consumidor, mas a elevação da carga tributária para empresas pode ser repassada por



Meirelles: fim de desoneração vai gerar receita de R\$ 4,8 bi | VALTER CAMPANATO/ABR

meio de elevação de preços.

Foram poupados apenas os setores de transporte rodoviário coletivo de passageiros, de transporte ferroviário e metroviário de passageiros, de construção civil e obras de infraestrutura e de comunicação. “São setores altamente dependentes de mão de obra e vitais para a preservação da recuperação do emprego no país prevista para este ano”, declarou Meirelles.

O governo também acabará com a isenção de IOF (Imposto sobre Operações Fi-

nanceiras) para cooperativas de crédito. A medida gerará R\$ 1,2 bilhão de receitas. “Essa é uma questão de isonomia”, justificou Meirelles.

Para Paulo Skaf, presidente da Fiesp, “houve sensibilidade” por parte do governo, em especial, de Meirelles, “em não optar pela criação ou aumento de impostos para assegurar o equilíbrio das contas públicas”. “Foi uma medida sensata e responsável, que evita um mal maior”, diz.

Para fechar as contas, o

governo também contará com receitas de R\$ 10,1 bilhões por decisões favoráveis na Justiça envolvendo a retomada para a União de usinas hidrelétricas.

A equipe econômica esperava recursos com a regulamentação dos precatórios, mas esses valores, de R\$ 8 bilhões a R\$ 8,7 bilhões, só poderão entrar no Orçamento nos próximos meses. Quando forem liberados, disse Meirelles, o corte orçamentário será reduzido para entre R\$ 33,4 bilhões e R\$ 34,1 bilhões.

Do bloqueio de R\$ 42,1 bilhões, R\$ 10,5 bilhões serão retirados do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Com isso, o orçamento do principal programa federal de investimentos cairá para R\$ 26,6 bilhões. As emendas impositivas (obrigatórias) sofrerão corte de R\$ 5,4 bilhões. Serão bloqueados ainda R\$ 5,5 bilhões de emendas não obrigatórias. **METRO**

EVOLUÇÃO

Taxas de juros ao ano, em %*

| | FEV/16 | JAN/17 | FEV/17 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| CARTÃO DE CRÉDITO (ROTATIVO) | 443,9 | 486,7 | 481,5 |
| CHEQUE ESPECIAL | 293,9 | 328,3 | 327 |
| CARTÃO DE CRÉDITO (PARCELADO) | 146,1 | 161,9 | 163,5 |
| CRÉDITO PESSOAL | 122,8 | 140,9 | 141,9 |
| FINANCIAMENTO DE OUTROS BENS | 92,7 | 92,1 | 93,1 |
| CRÉDITO PESSOAL CONSIGNADO | 29,7 | 29,6 | 29,5 |
| FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS | 27,6 | 26,2 | 25,7 |
| MÉDIA | 68,1 | 72,7 | 73,2 |

FONTE: BANCO CENTRAL *RECURSOS LIVRES

Crise na estatal

Correios querem criar 'loterias'

O presidente dos Correios, Guilherme Campos, disse ontem que pretende conversar com a Caixa sobre a possibilidade de criação de uma 'loteria postal', como alternativa de arrecadação de receitas para a estatal, que enfrenta dificuldades financeiras. “Hoje é um monopólio da Caixa. Mas nós temos presença nacional, temos capilaridade e tendo a oportunidade de explorar uma outra loteria, dentro da legislação existente, por que não os Correios terem a sua loteria postal?”, disse. Sobre as contas da instituição, Campos afirmou que o atual modelo de plano de saúde dos funcionários é inviável. Os Correios arcam com 93% do custo e os trabalhadores, com 7%. **METRO**

Grande Porto Alegre

Desemprego se mantém estável

O mês de fevereiro manteve relativa estabilidade no desemprego da região metropolitana, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego apresentada ontem pela FEE, DIEESE e FGTAS. De janeiro a fevereiro, a taxa passou de 10,6% para 10,8% da população economicamente ativa, com uma estimativa de 198 mil pessoas desempregadas, 3 mil a mais em relação ao mês anterior. Para Iracema Castelo Branco, pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística, mesmo a taxa sendo estável, o indicador preocupante. Segundo ela, só com a melhora na economia do país poderão ser gerados novos empregos. **METRO POA**

Samsung lança Galaxy S8

A Samsung revelou ontem a nova versão do seu principal smartphone. O tão aguardado Galaxy S8 é o primeiro telefone premium da sul-coreana desde o desastre com o Note 7, em outubro, que ajudou a Apple a superar a sul-coreana no quarto trimestre como a maior fabricante mundial.

Os dois modelos lançados em Nova York, vêm com tela Infinity Display, que quase eliminou as bordas do aparelho, com 5,8” no S8 e 6,2” na versão Plus. Pela primeira vez na história da linha, os dispositivos não contam com nenhum botão físico na parte frontal.

A câmara frontal é de 8MP, com autofocus inteligente e abertura de 1,7, a mesma da traseira, que tem tecnologia Dualpixel e 12MP. Com 4GB de RAM e processador octacore, o aparelho promete ser até 10% mais rápido que o S7.



Justin Denison, vice-presidente de estratégia de produto | BRENDAN MCDERMID/REUTERS

O S8 apresenta ainda o novo serviço de inteligência artificial da Samsung, o Bixby, com funções que incluem um sistema de comando por voz semelhante ao Siri, da Apple. Há também um novo aplicativo de reconhecimento facial

que permite aos usuários desbloquear seus telefones olhando para eles.

A pré-venda nos EUA começou ontem, com entrega prevista a partir de 21 de abril. Ainda não há informações sobre a data de lançamento no Brasil. **METRO**

Previdência. STF mantém base de cálculo

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem manter a base de cálculo da contribuição patronal para a Previdência Social, valor equivalente a 20% do total das remunerações pagas aos trabalhadores de uma empresa. Eventual decisão contrária da Corte poderia causar impacto negativo de R\$ 250 bilhões ao governo federal.

Os ministros julgaram recurso de uma empresa de Santa Catarina, que contestou a base de cálculo da contribuição. Para a empresa, somente o salário do empregado deveria ser tributado.

A decisão da Corte terá impacto em 7,5 mil processos que estavam parados em todo o Judiciário, aguardando a posição final do plenário. **METRO**